

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.462.975 - SP (2019/0064232-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE** : MANOEL SURIANO  
**ADVOGADOS** : CARLOS ALBERTO ARRAES DO CARMO - SP113700  
DÁRIO SÉRGIO RODRIGUES DA SILVA - SP163807  
**AGRAVADO** : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por MANOEL SURIANO, contra decisão que inadmitiu recurso especial com fundamento no art. 105, inciso III, da Constituição Federal.

É o relatório. Decido.

Inicialmente, de acordo com os Enunciados Administrativos do STJ n.ºs 02 e 03, os requisitos de admissibilidade a serem observados são os previstos no Código de Processo Civil de 1973, se a decisão impugnada tiver sido publicada até 17 de março de 2016, inclusive; ou, se publicada a partir de 18 de março de 2016, os preconizados no Código de Processo Civil de 2015.

Mediante análise do recurso de MANOEL SURIANO, a parte Recorrente não procedeu à juntada da procuração e/ou cadeia completa de substabelecimento conferindo poderes ao Dr. Carlos Alberto Arrais do Carmo, subscritor do agravo em recurso especial.

É firme o entendimento do STJ de que a ausência da cadeia completa de procurações impossibilita o conhecimento do recurso (Súmula n. 115/STJ).

Ainda, percebeu-se, no STJ, haver irregularidade na representação processual do recurso. A parte, embora regularmente intimada para sanar referido vício (fl. 194), não regularizou.

Ressalte-se que o protocolo da petição de fls. 201/204 foi efetuado no tribunal de origem, no entanto, o recurso tramita no STJ. Veja que a tempestividade da petição apresentada com o intuito de sanar o vício verificado nesta Corte Superior é aferida pelo registro no protocolo da Secretaria deste tribunal, sendo certo que a protocolização da petição no Tribunal de origem, ainda que no prazo legal, não possui o condão de afastar sua intempestividade. Nesse sentido, *mutatis mutandi*, AgRg nos EAg

1239908/SP, Corte Especial, Rel. Min. João Otávio de Noronha, DJe de 12/8/2013.

Dessa forma, o recurso não foi devida e oportunamente regularizado.

Caso exista nos autos prévia fixação de honorários advocatícios pelas instâncias de origem, determino sua majoração em desfavor da parte recorrente, no importe de 15% sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão da gratuidade da justiça.

Ante o exposto, **com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não conheço do recurso.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA  
Presidente

